



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Gerência Regional de Infraestrutura – 1º/GRD

## **ANEXO I**

### **JUSTIFICATIVAS**

**Finalidade:** Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função das especificidades das máquinas e equipamentos a serem adquiridos, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

#### **Justificativas:**

##### **Da necessidade da contratação**

Justifica as razões de interesse público, pois a pavimentação das vias municipais contribuirá para inserção mercadológica e dinamização das atividades produtivas daquele município, melhorando a logística e o acesso aos pontos de comercialização da produção, no intuito de minimizar os custos de deslocamentos e os prejuízos causados pela má qualidade das vias de acesso aos projetos de desenvolvimento local sustentável.

Dessa forma, ao melhorar as condições de tráfego para o escoamento da produção daquele município, possibilitará que os produtores sejam inseridos no mercado de maneira mais sólida e competitiva, aumentando sua capacidade de produção e comercialização, desenvolvendo novos postos de trabalho, gerando renda, melhorando as condições de vida da população e combatendo o êxodo rural, o que justifica o interesse público e social.

Há que se ressaltar ainda que o Sistema de Registro de Preços é um procedimento que viabiliza diversas contratações de serviços, esporádicas ou sucessivas, sem a necessidade de realizar um novo processo licitatório para cada aquisição, otimizando o tempo e os gastos com a tramitação de processos.

Foi adotado o Sistema de Registro de Preços pois, os serviços de pavimentação, objeto dessa licitação, são considerados serviços comuns, ou seja, os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pela Administração, mediante especificações usuais no mercado.

##### **Procedimento Licitatório:** Sistema de Registro de Preços (SRP)

Justifica-se o procedimento licitatório auxiliar de SRP, definido na Lei nº 13.303, de 30/6/2016 e regulamentado pelo Decreto nº 7.892, de 23/1/2013 e normas complementares, devido à conveniência administrativa e às características do serviço, que será realizado por demanda justificada, com execução parcial por produtos previamente especificados e quantificados por unidades de medida padrão, podendo haver necessidade de contratações frequentes.



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Gerência Regional de Infraestrutura – 1ª/GRD

**Modalidade Licitatória:** Licitação Eletrônica

A Codevasf por ser uma Empresa Estatal é regida pela Lei nº 13.303, de 30/6/2016, que regulamenta os procedimentos licitatórios e contratuais, que estabelece obrigatoriamente a “Forma Eletrônica” como modalidade licitatória (Parágrafo 2º do Art. 51).

**Divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP):** Não Admitida

A divulgação da Intenção de Registro de Preços é dispensada uma vez que não serão permitidas adesões prévias ou posteriores ao Registro de Preços.

**Permissão para Adesão / Carona:** Não Permitida

Deverá constar na minuta do edital a vedação a órgãos não participantes adesão subsequente às Atas de Registro de Preços resultantes desta licitação.

A figura do “carona” tem sido objeto de críticas por parte do TCU, pois permite à Administração Pública contratar bens ou serviços sem que tenham participado do procedimento da licitação, inclusive no que diz respeito aos requisitos de habilitação.

Para evitar que órgãos não participantes, que, não tendo participado na época oportuna, venham requerer, posteriormente, à 1ª/SR da Codevasf, o uso da ata de registro de preços e promovam a ineficiência, falta de planejamento e antieconomicidade.

Segundo Melo (2009, p.279), a prática da carona atenta contra o princípio da eficiência uma vez que “prestigia a inércia e o comodismo administrativo, haja vista que os órgãos poderão esconder a ausência de planejamento nas contratações buscando sempre a adesão às Atas de Registro de Preços de outros órgãos”.

No Acórdão 1.212 de 2013 do TCU, a “carona” é apontada como um desvirtuamento do SRP em decorrência de falta de planejamento, como apontado no próprio enunciado:

A adesão de órgãos não participantes à Ata de Registro de Preços representa um desvirtuamento do Sistema de Registro de Preços (SRP), que tem como pressuposto principal o planejamento das aquisições pela Administração Pública

**Modo de Disputa:** Aberto com orçamento público

Observando o princípio da publicidade e, ainda, conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU:



## **Ministério do Desenvolvimento Regional**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Gerência Regional de Infraestrutura – 1º/GRD

*“Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento”*

### **Critério de Julgamento:** Maior Desconto por Item

Justifica-se o critério de julgamento com base no princípio da economicidade, tendo em vista ainda que a prestação dos serviços demandará a combinação de mais de um item do grupo.

A qualidade do serviço/obra não possui risco de ser afetado por se tratar de prestação de serviço comum de engenharia, com padrões de desempenho e qualidade mínimos definidos objetivamente neste TR, para efeito de julgamento das propostas, execução do objeto e fiscalização do contrato.

### **Regime de execução:** Empreitada por Preços Unitários

O pagamento será por medições das unidades padrão dos itens que compõe cada grupo, efetivamente executadas. Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago somente os serviços efetivamente executados, mediante medições periódicas, dos preços unitários demandados pela Codevasf e efetivamente executados pela CONTRATADA. Através desse regime será possível ainda ajustar os contratos às variáveis que poderão ocorrer em função do local de execução de cada serviço.

### **Participação de Consórcios / Cooperativas / Subcontratações:** Não Permitida

Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio de empresas, considerando que o objeto não envolve diversas especialidades que exigem empresas de ramos distintos, como também não se trata de metodologia de execução de alta complexidade.

Não será permitida também a participação de Cooperativas, uma vez que não se enquadra o objeto da licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados, não havendo a necessidade de permissão de participação de empresas na forma de cooperativa, conforme estabelece a IN 5/2017.

Não será permitida subcontratação de serviços parciais deste TR, considerando que o objeto não envolve diversas especialidades que exigem empresas de ramos distintos, como também não se trata de metodologia de execução de alta complexidade.



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Gerência Regional de Infraestrutura – 1ª/GRD

**Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:**

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo NÃO superior a um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Registra-se ainda que para o caso do Sistema de Registro de Preços, o Art. 7º do Decreto nº 7.892, de 23/1/2013, não é necessário indicar a dotação orçamentária que somente será exigida para a formalização do Contrato.

**Garantia de Execução (Caução):**

Será necessário, para fins de emissão da Ordem de Serviço, que a empresa vencedora tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

**Qualificação Técnica Exigida:**

As exigências técnicas para habilitação, definidas no item 8 deste Termo de Referência, correspondem às parcelas de maior relevância e valor significativo de cada grupo, sendo imprescindível a comprovação para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços de engenharia com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

Será permitido o somatório de atestados para comprovação da qualificação técnica, de acordo com a recomendação do TCU.

**Licenciamento Ambiental:**

A Ordem de Serviço somente será emitida após a obtenção das Licenças Ambientais cabíveis, lembrando que, via de regra, serviços de pavimentação não são passíveis de licenciamento no âmbito do Estado de Minas Gerais, salvo condições específicas, que deverá ser verificado pela fiscalização.